

Novos parâmetros para renegociação da dívida

por Cláudia Safatle
de Brasília

O governo do presidente José Sarney deu uma importante guinada na relação do País com seus credores internacionais e a pretensão da área econômica agora não é menor: "Nós precisamos deixar de ser um país devedor", afirma o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, que deverá começar a renegociar a dívida externa em termos plurianuais, no final deste ano, buscando trazer todo o estoque da dívida, de US\$ 100 bilhões, para a taxa de risco ("spread") de 1,125% obtida na última renegociação que envolveu a dívida de 1985/86.

Da crise do setembro negro de 1982 aos dias de hoje, houve uma melhora quase inacreditável no "front"

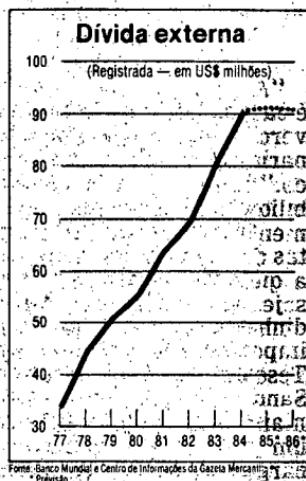


Dilson Funaro

externo da economia brasileira. A crise externa anterior, entre 1978/82, já havia retirado do País US\$ 48 bilhões, mediante a elevação das taxas de juros internacionais, explosão dos preços do petróleo e queda de preços nas exportações de "commodities".

Neste ano, porém, os preços do petróleo caíram para US\$ 10,00 o barril, depois de terem chegado a US\$ 35,00 o barril em 1981. Os juros internacionais, que em 1982 subiram para a faixa de 18%, atualmente estão a 7%, o percentual mais baixo desde 1978, e a balança comercial brasileira atingiu, em apenas dois meses — janeiro e fevereiro deste ano —, um superávit de US\$ 1,4 bilhão. As expectativas oficiais são de encerrar o ano com reservas cambiais de até US\$ 12 bilhões, o que se traduz num importante poder de barganha do País diante dos credores internacionais, além de ser instrumento essencial para manutenção da estabilidade cambial.

Apesar dessa nova performance do País e de um programa de estabilização interna que trouxe uma nova ordem econômica, os países industrializados não parecem sensibilizados com os argumentos brasileiros de independência em relação ao Fundo Monetário Internacional. "Antes nós achávamos, quando fo-



ra do governo, que a exigência de um acordo com o FMI partia dos pequenos bancos internacionais. Mas hoje sabemos que não. São os próprios países desenvolvidos que temem um Brasil independente, diagnosticou o ministro do Planejamento, João Sayad.

Mas é nesta posição de liderança política e econômica que o governo brasileiro pretende negociar a dívida externa a longo prazo e reduzir as transferências de recursos internos para o resto do mundo, que representaram 5,1% do PIB em 1985, enquanto na década de 70 o País era nitidamente importador de capital.

Cresce na área econômica oficial a defesa da saída alternativa de capitalizar uma parcela dos juros internacionais, no bojo de uma renegociação multianual (de quinze anos), e independente do FMI, que tem seus princípios fundamentais delineados pelo governo: reescalonar as amortizações do principal; redução das transferências de recursos para o exterior; renovação automática das linhas de curto prazo; e ampliação dos prazos de carência, amortização e consolidação da dívida externa. Assim, pretende-se tornar a economia brasileira menos vulnerável a conjunturas adversas internacionais e capaz de sustentar uma taxa de crescimento de 6% ao ano.